

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO- *IV Encontro*
“Agricultura Familiar: Políticas Públicas, Pesquisa e Desenvolvimento”

***IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO SUDESTE PARAENSE
VINCULADAS AO SISTEMA DE PRODUÇÃO***

Luiz Guilherme Teixeira Silva¹, Paulo Fernando da Silva Martins², Roberto Robson Lopes Vilar³, Luis Mauro Santos Silva⁴ e Alfredo Kingo Oyama Homma⁵

RESUMO: Por definição o Sistema de Produção envolve todas as atividades do manejo, entrada e saída de insumos relacionadas a um produto de uma determinada unidade de produção agrícola. O sistema agrônômico visa, em última análise, a manutenção e sustentabilidade da atividade fim, balizado pelas demandas de mercado e, no caso da agricultura familiar, na subsistência. Nas duas últimas décadas, sob novo paradigma, com a introdução de um enfoque sistêmico e acrescido ao conceito de fatores ambientais e de manutenção da biodiversidade, tem modificado a natureza e a metodologia das abordagens envolvendo os sistemas de produção, os quais têm valorizado e incentivado a adoção de sistemas agroflorestais. Nos Projetos de Assentamentos (PA) situados no sudeste do Estado do Pará, as estratégias ora utilizadas no âmbito do projeto Lumiar devem garantir, mesmo prevendo a atuação mais efetiva da assistência técnica, o envolvimento das comunidades em todas as fases do processo. Ações de Pesquisa e Desenvolvimento devem ser compatíveis com as aspirações da comunidade, as técnicas sugeridas, e sua capacidade de implementação. Baseado em dois trabalhos participativos de identificação de demandas tecnológicas, realizados, respectivamente, nos municípios de Eldorado dos Carajás e Nova Ipixuna, no Pará, os PA São Francisco e PA Praialta e Piranha, este último, agroextrativista, com foco nos sistemas de produção, constatou-se que, problemas estruturais são mais limitantes que os técnicos. A comercialização e a insatisfação das comunidades em aceitar as normas previstas no estatuto do PA, em cuja fase de criação, estiveram ausentes, podem comprometer seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Palavras chave: Sistema de produção, Prospecção de demanda, Projeto de Assentamento, Pesquisa Participativa, Diagnóstico participativo.

Esta pesquisa contou com a colaboração dos recursos do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab).

¹ Eng. Agr. MSc em Geociências e Meio Ambiente; Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental Tv. Eneas Pinheiro s/n, Cx. Postal 48, Belém-PA; CEP 66.095-100; Fone(fax): XX 91-276-9845 e-mail: lugui@cpatu.embrapa.br;

² Eng. Agr. Dr. em Solos; Prof. da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, e-mail: pmartins@nautilus.com.br

³ Eng. Agr. MSc em Planejamento do Desenvolvimento; Pesq. da Embrapa Amazônia Oriental, e-mail: rvilar@cpatu.embrapa.br

⁴ Eng. Agr. BS, Prof. da Universidade Federal do Pará-UFPa/LASAT, e-mail: lmsilva@ufpa.br

⁵ Eng. Agr. Dr. em Economia Rural, Pesq. da Embrapa Amazônia Oriental, homma@cpatu.embrapa.br

1- INTRODUÇÃO

Previsto no Estatuto da Terra e em cumprimento às metas específicas traçadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Projeto de Assentamento Extrativista foi criado por meio de Portaria N° 627, de 30 de julho de 1987 (Ministério..., 1989).

Mais recentemente, através da Portaria/INCRA/P/N° 268, de 23 de outubro de 1996, o Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária, no exercício da Presidência do Incra, resolveu: em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, criar a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-extrativista (PAE's), destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, com potencial para atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, cuja gestão e execução das atividades é de responsabilidade das populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas (Ministério..., 1996).

Essa modalidade de assentamento, uma vez eleita a área, tem como prerrogativas realizar a alocação de famílias de colonos cadastrados e selecionados obedecendo aos planos de utilização e desenvolvimento, objetos de um processo no decorrer do qual são avaliados pelo Incra e o Ibama, como instituições oficiais. Essa gestão é compartilhada, pela Associação dos Produtores do PAE Praia Alta e Piranha (APAEP), Cooperativa Correntão, como organizações locais e ainda Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Comissão Pastoral da Terra- CPT e CEPASP (ONG) como organizações trans-estaduais de suporte acerca das potencialidades e viabilidade sócio-econômicas, para as quais os assentados terão direito a concessão de uso de uma área com limites exatos e estabelecidos. Devem ainda ser equacionadas e asseguradas, uma infra-estrutura mínima que assegure saúde, educação, lazer, e de produção, como estrada para escoamento, armazenamento, agroindústrias (pequenos empreendimentos) tendo como referência o levantamento sócio econômico preliminar capazes de proporcionar as condições favoráveis aos agro-extrativistas e suas organizações, com vistas ao desenvolvimento coletivo de suas atividades, em consonância com os objetivos filosóficos do projeto.

O Projeto de Assentamento Agro-extrativista Praia Alta e Piranha, foi criado pela Portaria No. 42, de 21 de agosto de 1997, para uma área de 27.343,80 ha (Ministério..., 1996). Nele, estão englobados três núcleos: Maçanduba, Vila Belém e Praia Alta, respectivamente, com 150, 138 e 78 famílias de colonos (COOPERATIVA..., 1999). Está situado no município de Nova Ipixuna, conta com apoio da Cooperativa Correntão e da Associação dos Produtores do PAE Praia Alta e Piranha (APAEP).

No que se refere a concessão de uso, em conformidade com o Decreto-lei No. 271/67, a mesma deverá ser formalizada mediante contrato por instrumento público. Dentre os itens das cláusulas previstas, a proibição da utilização de imóvel concedido para finalidades diversas da atividade extrativa, permitindo apenas o desenvolvimento de atividades complementares, com vista a subsistência do concessionário e sua família (Cruz Neto, 1997) e a proibição de venda da terra, correspondem aos pontos mais polêmicos, no caso do Projeto Praia Alta e Piranha.

Dentre as atividades presentes nos estabelecimentos do PAE Praia Alta e Piranha, destacam-se o extrativismo, que consiste das atividades de caça, pesca, coleta de frutos, essências florestais e cipós, a produção de lenha e carvão, as roças de lavoura branca, com destaque para arroz e mandioca e ainda a pecuária bovina, esta última ainda que contrarie os objetivos do PAE, vem sendo praticada pelos estabelecimentos mais antigos. Em determinados locais, de acordo com o meio físico, podem ocorrer outros produtos extrativos como o palmito, o açaí, o babaçu e óleos vegetais como andiroba e copaíba.

A despeito de historicamente não vir tendo um tratamento político por parte das instituições públicas, a agricultura familiar atualmente dispõe de alguns instrumentos para apoiar o PNRA por meio de créditos com menos distorções que os do passado, através do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF). Com recursos da ordem de R\$ 1,186 bilhão para custeio e R\$ 628 milhões para investimento alocados em 1998, e R\$ 160 milhões e R\$ 260 milhões, respectivamente para custeio e investimento, no ano de 1999, o PRONAF constitui-se assim em uma das alternativas para o estabelecimento e fortalecimento dos PA'S, em adição ao crédito habitação já assegurado para cada assentado, cuja gestão é feita pelo INCRA (Ministério, 1999).

A dinâmica de uso do solo e a mudança da cobertura vegetal original na região sudeste do Estado do Pará, tem revelado um restrito leque de opções que se apresentam para o segmento da agricultura familiar. A mata passou a ser substituída pelas pastagens que, a partir de um determinado momento, pode vir a dificultar a reprodutividade local desta agricultura, na medida em que impede a realização de roças e reduz a diversidade das atividades de produção⁶. Com uma média de 70 ha de superfície total por estabelecimento, incluindo localidades com idades diferenciadas de ocupação, a superfície de mata representa apenas 37% deste total (Reynal, 1999).

Este trabalho portanto tem como objetivo, analisar a situação atual em que se encontra o PA Agro-extrativista Praialta e Piranha, levando em consideração a sua sustentabilidade, com base nos sistemas de produção lá identificados. Embora se proponha discutir aspectos tecnológicos, são também abordados e discutidos aspectos estruturais, aos primeiros relacionados. Mesmo questões organizacionais e de gestão de estruturas sociais como a Cooperativa Correntão e a APAEP, muito importantes nesse contexto, foram objeto de reflexões e análise. A participação e o respaldo institucional envolvendo a Prefeitura de Nova Ipixuna, também representa outro componente político, de fortalecimento do projeto, desde que sejam mantidas e reforçadas as ações previstas no seu plano de desenvolvimento.

2- METODOLOGIA

Foram utilizados como elementos de análise dos resultados aqui discutidos, o documento Diagnóstico Sócio-econômico e o Plano de Desenvolvimento Preliminar do PA Agro-extrativista Praialta e Piranha, bem como os resultados do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), realizado em junho de 2000 (Martins et al., 2000).

Contando com o apoio da APAEP e dos técnicos do Projeto Lumiar, foram programados duas reuniões no PAE, respectivamente, nos núcleos Vila Belém e Maçaranduba, onde pretendia-se aplicar a metodologia usada no DRP. Como a área do PAE é muito grande e abriga particularidades em cada um desses dois núcleos, inclusive a distância física e acesso, objetivou-se com isso conseguir uma boa representatividade quanto aos problemas técnicos existentes no PAE objeto do DRP.

Por meio de entrevistas com pessoas chave residentes em diferentes núcleos do PAE, inclusive de Praialta, também foi possível obter informações sobre diferentes problemas levantados neste trabalho, como: exploração madeireira (venda de árvores), derrubadas em áreas mata primária, queimadas, e atividades de carvoaria. Para esta análise foram ainda consideradas as peculiaridades biofísicas prevaletentes nos diferentes setores do PAE Praialta e Piranha, por ocasião da caracterização dos solos, realizada em outubro de 2000.

⁶ Maiores informações sobre diferentes condições de estabelecimentos e de atividades da agricultura familiar podem ser encontradas em Reynal (1999).

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1- OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DO PAE Praialta e Piranheira

Com base no DRP realizado no núcleo Maçaranduba, foram elencados os seguintes sistemas de produção, objeto de avaliação quanto aos possíveis entraves técnicos: arroz, cupuaçu, banana, mandioca, feijão do sul e extrativismo, cujos problemas são apresentados na forma de uma matriz de problema no Quadro 1.

O sistema de pecuária ainda que não tenha sido avaliado no DRP, pois que conforme orientação do presidente da APAEP, o desenvolvimento desse sistema, embora presente no PA, não deve ser estimulado por conflitar com as bases filosóficas do PA Agro-extrativista.

3.1.1- Sistema de cultivos anuais (Lavoura branca)

Invariavelmente, o cultivo de lavoura branca, constitui-se ao mesmo tempo na sobrevivência das famílias e no crescimento de áreas antrópicas via desmatamento. O nível de referência tecnológica usado para esses sistemas ainda é o tradicional que recai na prática de corte e queima da biomassa vegetal. A resistência cultural em não descartar a possibilidade de estabelecer parte dos lotes com sistemas de pecuária, por parte de alguns colonos, conflita com a filosofia do PA agro-extrativista, contudo é uma realidade que a APAEP vem tentando conduzir da melhor forma possível, estabelecendo limites quanto ao número de animais no lote, mesmo porque alguns lotes já dispõem de aberturas com pastagens situadas por ocasião da formação das fazendas que foram desapropriadas para a criação do PAE.

3.1.1.1- Arroz

O maior problema técnico do arroz é representado por uma praga que ocorre, principalmente, na fase inicial do crescimento da planta, deixando as folhas secas e esbranquiçadas. Esta praga é conhecida pelos agricultores pela denominação de *pulguinha*. Segundo relato dos agricultores, quando o ataque é mais intenso, são obrigados a replantar até três vezes a mesma área. Alguns agricultores já estão conseguindo controlar o problema utilizando o defensivo *Tomaron*.

Um outro problema levantado por ocasião do DRP diz respeito a mistura varietal desse produto que pode levar a degeneração do material genético disseminado bem como a depreciação do produto final, haja vista que o arroz beneficiado perde qualidade.

Um trabalho de limpeza varietal foi programado como uma das ações teste previstas. A equipe do projeto está articulando o envolvimento de especialistas da Embrapa Amazônia Oriental para liderar essa ação junto a alguns produtores identificados por ocasião do DRP.

3.1.1.2- Mandioca

A podridão da raiz se configura no maior problema da mandioca. A sintomatologia descrita pelos agricultores faz referência ao apodrecimento da raiz seguido do amarelecimento das folhas e morte da planta. Os agricultores acreditam tratar-se de excesso de umidade no solo. A mandioca *Ligeirinha* (precoce), *Pretinha* e a *Jaibairão*, geralmente não apresentam esse problema.

Dois aspectos podem ser relevantes no que diz respeito a essa sintomatologia. O primeiro da utilização de material de propagação contaminado e as condições edáficas.

3.1.1.3- Feijão do sul (*Phaseolus vulgaris*)

Os agricultores não conseguiram, até aqui, produzir feijão do sul (*Phaseolus vulgaris*). O feijão *Trepa Pau* (*Vigna unguiculata*) no entanto é cultivado sem problema no PA. Três são os problemas citados que estariam impedindo a produção do feijão do sul: o mosquito (assim por eles designado), o besouro listrado e a mela.

3.1.2- Sistema de criação (Pecuária)

As informações acerca desse sistema foram obtidas por meio de entrevistas com alguns assentados e pela constatação *in loco* da presença marcante dessa atividade no entorno e mesmo por parte de moradores mais antigos na área do PAE. No núcleo Maçaranduba inclusive a maioria dos 29 contratos firmados este ano pelo PRONAF, para todo o PAE, 24 são de Maçaranduba e 5 de Vila Belém, sendo a maioria para custeio e investimento contemplando atividades de pecuária bovina.

A influência dessa atividade no PAE é marcante e está fortemente relacionada com a geração de trabalho e renda por parte de integrantes de família de assentados, seja pela venda de mão-de-obra ou mesmo a produção de carvão vegetal.

É inegável a importância que esse sistema de produção representa para sustentabilidade do PAAE e qualquer tentativa de análise que não venha a considerá-lo poderá comprometer as conclusões tiradas e mesmo a validação e reprodutividade das informações geradas.

3.1.3- Sistemas de cultivo perene e semi perene (Lavoura de ciclo longo)

3.1.3.1 – Banana

A banana não tem grande importância econômica para as famílias. As áreas plantadas são pequenas e a produção se destina basicamente ao autoconsumo. Aqui, o problema relatado pelos agricultores diz respeito à broca que ataca a bananeira. Penetra pela raiz, acabando por matar a planta na fase mais aguda do ataque. Alguns agricultores acreditam que além da broca também ocorre uma doença que ataca o “miolo” da bananeira, apodrecendo-o.

As variedades plantadas de banana neste núcleo da reserva agro-extrativista, são a *pacovan*, *peróá*, *prata*, dentre outras, sabidamente resistentes a doenças como, por exemplo, o “mal-do-panamá.”

A qualidade da muda e o zelo do bananal também constituíram problemas relatados pelos agricultores.

A introdução de variedades resistentes a doenças e promissoras, de modo a garantir um preço compensatório foram implementadas, como uma das ações teste previstas.

O treinamento de alguns produtores como agentes multiplicadores também vem sendo realizado. Aliado a isso vem sendo discutida pela comunidade e as demais organizações atuantes, a possibilidade de implantação de agroindústria para viabilizar a produção de farinha de banana, cujo mercado preferencial será a merenda escolar municipal, fruto de uma parceria com a Prefeitura de Nova Ipixuna, o que em última análise agregaria valor a esse produto (banana) e garantiria a efetivação e sustentabilidade desse sistema de produção no PAE.

3.1.4- Extrativismo (Produtos oriundos do ecossistema de floresta tropical)

A coleta de frutos é feita principalmente no início do período chuvoso (novembro e dezembro), sendo os principais produtos a castanha e o cupuaçu. Estes produtos apresentam-se em quase todas as localidades do PAE ainda que em concentrações diferentes.

Neste aspecto, segundo os agricultores, os principais problemas que estão ameaçando o potencial extrativo da floresta são, de um lado, o desmatamento realizado por alguns agricultores mais interessados na formação de pastagem para criação de gado, promovendo anualmente grandes aberturas na mata para implantação de roças e plantio de capim.

A visualização de um novo cenário em cuja paisagem sobressai-se uma cobertura vegetal, dominada inicialmente pelas gramíneas forrageiras e remanescentes de castanhas nativos, condenados ao desaparecimento, devido as sucessivas queimadas inerentes ao manejo usado. Se por um lado a possibilidade de venda da madeira da castanheira (uma árvore é comprada por no máximo R\$ 30,00) representa um ganho imediato e a solução de um problema futuro, devido a possibilidade de acidente com a queda de frutos sobre os animais em pastejo, reduz a possibilidade de sustentabilidade desse sistema de produção extrativa, via redução e mesmo extinção da produção de frutos, cujo mercado tem se mostrado estável e garantido.

O mesmo raciocínio é válido para o açaí cujas implicações ambientais são bastante fortes em prejuízo mesmo do sistema de pecuária, haja vista que compromete a perenização de aguadas e drenagens pela ausência da mata ciliar e de galerias.

De outro lado a presença do palmiteiro, agente de intermediação, que negocia a compra de cada árvore de açaí por R\$ 0,06, para a extração do palmito. Valor este bastante inferior ao preço do quilo do fruto de açaí (R\$ 0,40 a 0,60) pago pela Cooperativa Correntão.

O problema para a extração do açaí, nesta área do assentamento, reside no fato de que as árvores são muito altas dificultando ou mesmo impedindo a colheita dos cachos.

A extração de produtos não-madeireiros também representa outra alternativa econômica dentro do PAAE. Óleos de copaíba, andiroba, cipós e mesmo o artesanato podem elevar a renda das famílias em adição as demais atividades produtivas. Esses produtos assumem importância ainda maior em outros PA's como o Araras, também no sudeste do Estado do Pará.

Do ponto de vista ambiental, a redução da área de floresta primária também compromete sobremaneira a manutenção de outros produtos da biodiversidade, seja vegetal ou animal. A redução da caça de alguns animais já é facilmente percebida dentro do PAE. A destruição de habitats e a possibilidade de desaparecimento de outras, também é possível, mesmo outras espécies de importância ecológica.

Quadro 1 – Matriz de problemas identificados no Núcleo Maçaranduba.

Atividades Problemas	1 – Arroz ☹☹☹	2 – Cupuaçu ☹☹	3 – Banana ☹☹	4 – Extrativismo ☹☹☹	5 – Mandioca ☹☹	6 – Feijão do Sul ☹
Praga	☹☹☹ Pulguinha da fase inicial ☹ Lagarta do olho	☹☹☹ Corte do caule ☹☹☹ Cupim	☹☹☹ Broca			☹☹☹ Mosquito ☹☹☹ Besouro listrado
Falta d'água		☹☹☹ Verão ☹☹ Desenvolvimento desigual das plantas				
Qualidade da semente		☹☹ Falta de seleção da semente	☹ Qualidade da muda			
Tipo de solo		☹☹ Solo com pouca umidade				
Doença			☹☹ Palha amarela		☹☹☹ Podridão da raiz	☹☹☹ Mela
Manejo da cultura			☹☹ Falta de manejo da banana	☹☹☹ Falta de manejo do açaí nativo		
Desmatamento				☹☹☹ Desmatamento desenfreado ☹ Palmiteiro		
Fogo				☹ Fogo na mata		

Nota: ☹☹☹ muito importante; ☹☹ importante; ☹ pequena importância

Fonte: Martins et al. (2000).

3.2- AS CONTRADIÇÕES DO PAE

3.2.1- Desmatamento

É consenso e facilmente constatado que as práticas de manejo usadas para o estabelecimento dos sistemas agrícolas na região, incluindo as lavouras de ciclo curto e as pastagens, em muito tem contribuído para o incremento da área desmatada. No caso particular do sudeste do Estado do Pará a forte tradição cultural da maioria dos colonos contemporâneo é constituída de nordestinos, do Estado do Maranhão, com tendência a estabelecer roças de arroz, seguidas de pastagem, as quais requerem sempre aberturas novas, via desmatamento.

A facilidade com que são instaladas roças de arroz em áreas de novas aberturas, também está relacionada a uma limitação de mão-de-obra nas unidades de produção familiar. Roças em áreas de capoeira tanto expressam uma baixa produtividade como requerem um maior número de capinas, que por sua vez limita a implantação e manutenção desses sistemas de produção (arroz e pasto) pela reduzida disponibilidade de mão-de-obra.

Portanto, a necessidade de atender a uma demanda para produção de alimentos, ainda que prioritariamente para subsistência, e prevista na concepção do PAE's, acaba por fortalecer este modelo de agricultura altamente demandante por novas áreas abertas em direção as florestas primárias.

3.2.2- Extração de madeira

Essa atividade como já mencionada, compromete não somente a manutenção dos colonos na área como a sustentabilidade do PAAE além de favorecer a aumento da taxa de desmatamento na região na medida em que novas fazendas de pecuária são implementadas via abertura de novas áreas. Repete-se assim um ciclo vicioso no qual os colonos são usados como agente multiplicador da atividade madeireira e responsável pela difícil implementação dos instrumentos de controle de atividades ilegais previstas na legislação ambiental.

Talvez a ação mais eficaz no sentido de conter o avanço desse processo passe mesmo pela conscientização desses colonos dos prejuízos iminentes, a longo prazo (não considerados) que entretanto sucumbem ante a necessidade de sobrevivência dessas famílias. Contudo, essa tomada de consciência somente pode ser trabalhada na medida em que se apresentem alternativas de sobrevivência e de aumento de renda de modo mais imediato.

3.2.3- Carvoaria

Em função da demanda por carvão vegetal para a obtenção de coque como componente usado na tecnologia empregada para produção de ferro gusa, do Projeto Carajás, realizados pela Cosipar e Margusa, no distrito industrial de Marabá, tem se multiplicado na região a instalação de fornos do tipo “cachimbinho”, até mesmo em áreas de Projeto de assentamento rural, e em particular no entorno e no PA Agro-extrativista, contrariando portanto as normas estabelecidas para esses assentamentos. Esta atividade tem contribuído para altas taxas de desmatamento, principalmente em áreas de fazendas que tem como atividade principal a pecuária.

A contabilidade financeira favorável ao ganho imediato e compensatório com essa atividade tem levado ao incremento da mesma na área do PAE e em outros PA's.

3.3- PROBLEMAS ESTRUTURAIS

3.3.1- Dificuldade de assimilação da proposta do PAE

Podem ser enumeradas algumas questões estruturais de fundamental importância para a sustentabilidade do PAE Praia Alta e Piranha qual sejam: Situação fundiária envolvendo parte da área do Núcleo Praia Alta que ainda permanece como sob a jurisdição do Estado, portanto sem gozar dos benefícios concedidos pelo Incra.

A proibição da venda dos lotes, prevista nos estatutos do PAE é outra questão que ainda não é bem aceita por alguns colonos.

A questão da sobrevivência onde a venda de madeira constitui uma atividade "ilegal" em curso, conforme noticiada nos matutinos da região traz a discussão perante a opinião pública duas situações antagônicas aparentemente excludentes, preservação vs. avanço de fronteira agrícola. Todos estão lutando pela sobrevivência, tanto os que querem conservar e preservar como aqueles que utilizam práticas destrutivas.

Por último pode ser visualizado no PAE Praia Alta e Piranha o conflito entre a propriedade privada vs. propriedade comum em uma área onde a terra vai ser altamente valorizada. Por constituir em sistema fechado, onde a sustentabilidade depende fortemente de recursos externos, com pouca possibilidade de desenvolvimento endógeno. O próprio sentido de luta, envolvido na posse da terra para fins agrícolas conflita com a coleta de produtos florestais.

3.3.2- Dificuldades de acesso

Uma das restrições infra-estruturais que mais afeta o desenvolvimento das atividades produtivas na grande maioria dos PA's e no caso do PAE Praia Alta e Piranha não é diferente refere-se a péssima condição das estradas de acesso dentro dos PA's e o acesso aos mesmos. Durante o período chuvoso, o escoamento da produção é prejudicado e o preço dos produtos necessariamente incorpora um custo adicional do frete que força a uma redução do valor desses produtos. No caso do PAE somente a castanha-do-brasil apresenta-se como um produto de maior interesse por parte dos agentes intermediários, face o uso alternativo do transporte fluvial para o escoamento da sua produção.

3.3.3- Comercialização

Um papel muito importante na cadeia de comercialização dos produtos do PAE Praia Alta e Piranha pode ser representado pelo Cooperativa Correntão, que hoje dispõe de uma infra-estrutura composta de veículos utilitários e uma unidade de agroindústria, além de meios de comunicação (telefone e e-mail) em condições de colocar os seus produtos em diferentes mercados e portanto com capacidade de absorver a produção desse PAE e arredores. A exploração comercial de seus produtos como oriundos de uma área de assentamento agro-extrativista não vem sendo bem trabalhada e pode representar uma grande estratégia de marketing, para abrir e garantir novos mercados.

4- CONCLUSÕES

As considerações feitas dizem respeito a uma percepção dos problemas levantados durante o DRP e que levaram em consideração o tratamento de questões tecnológicas baseado nos sistemas de produção identificados.

Nessa leitura, entende-se que a reprodução do cenário é possível e de relativa facilidade para a construção da matriz de problemas envolvidos. No entanto, não garante a eficácia das ações a serem implementadas nem mesmo a solução dos problemas identificados. Mais que isso, ficou a percepção de que boa parte dos problemas do PAE Praialta e Piranha está mais relacionado a questões estruturais.

Torna-se imprescindível a atuação de técnicos no processo de interação com os colonos no PAE. A interrupção do contrato com os técnicos que vinham atuando no âmbito do Projeto Lumiar, pode também representar um ponto altamente negativo quanto a possibilidade de implementação das ações previstas no Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab) e mesmo de uma assistência técnica firme que garanta as ações previstas no plano de desenvolvimento do PAE Praialta e Piranha.

A solução dos problemas estruturais identificados somada a viabilização de linhas de crédito que possibilitem ao colono desenvolver suas lavouras de subsistência e paralelamente cultivos e criações em sistemas de atividades que envolva investimento mais duradouros, mesmo nos moldes do FNO disponíveis pode constituir-se num dos instrumentos passíveis de garantir a sustentabilidade do PAE Praialta e Piranha.

Fica a grande questão se muitas ações em curso no sudeste paraense não constituem em um futuro sem amanhã? Muitos dependem de uma sustentabilidade exógena, em vez de vir endogenamente, constituídos de sistemas fechados ou feitas a custas da contínua redução dos recursos naturais disponíveis.

5- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AGRO-EXTRATIVISTA DE NOVA IPIXUNA – CORRENTÃO. **Projeto de Assentamento Agro-extrativista Praialta e Piranha (PAE), município de Nova Ipixuna, Estado do Pará.** Nova Ipixuna, 1999. 64p.
- CRUZ NETO, R.G. **Agro-extrativismo o condutor da unidade produtiva.** Marabá, CEPASP, 1997. 33p.
- MARTINS, F.F.S., coord.; SILVA, L.G.T.; SILVA, L.M.S.; VILAR, R.R.L.; SOUZA, D.A.; BRITO, G.M.; VIANA, E.C.O.; NASCIMENTO, G.L.; PORTELA, C.M. **Relatório da 2ª viagem (22/05 a 03/06/2000) referente ao Subprojeto 3: Alternativas tecnológicas para a sustentabilidade dos sistemas de produção.** Belém, Embrapa Amazônia Oriental/UFPa/CAP/Lasat/FCAP, 2000. 72p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural** Brasília, DF, INCRA, 1999. 45p. (versão preliminar).
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto de Assentamento Extrativista.** Brasília, INCRA, 1989. 59p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agro- extrativistas.** Brasília, INCRA, 1996. 79p.
- REYNAL, V. **Agricultures en front pionnier amazonien;** région de Marabá (Pará, Brésil). Paris, Institut National Agronomique Paris-Grignon, 1999. 404p. (Tese Doutorado).